

TransparênciaBrasil

Relatório de
Atividades
2018

A Transparência Brasil é uma associação sem fins econômicos ou lucrativos, destinada a promover a defesa do interesse público por meio da edificação da integridade do estado brasileiro e o combate à corrupção, contribuindo para o aperfeiçoamento das instituições e do processo democrático.

transparencia.org.br

Redação: Jessica Voigt, Manoel Galdino

Revisão: Bianca Berti, Juliana Sakai

Diagramação: Elisa Tobias

SUMÁRIO

Carta do diretor-executivo	4
Equipe	6
Conselho deliberativo	6
Introdução	7
Conselho deliberativo	8
Eleições 2018	9
Integridade	11
Debate com o poder público	11
Transparência	12
Participação em conselhos de transparência	12
Monitoramento da Lei de acesso a informação	13
Controle social	15
Governo aberto	15
Capacity building e diversidade	16
Fiscalização de obras públicas	16
Reconhecimento	19
Menções na imprensa	19
Site e redes sociais	20
Governança	21
Receitas 2018	22
Despesas 2018	23
Agradecimentos	24
Parceiros	24
Contribuições de pessoas físicas	25

CARTA DO DIRETOR-EXECUTIVO

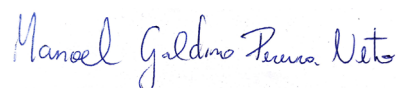
No começo de 2018, a Transparência Brasil realizou um planejamento estratégico fundamental para esclarecer nossos objetivos para os 5 anos seguintes. Como resultado, estabelecemos três áreas prioritárias de atuação - transparência, controle social e integridade. Aos poucos, identidade visual, comunicação e organização do trabalho têm refletido essa estrutura. Inclusive o presente relatório. Também elegemos novo Conselho Deliberativo - com mandato de três anos - e aprovamos as contas de 2016 e 2017.

Na área de transparência, seguimos com nossa agenda de monitoramento da Lei de Acesso a Informação (LAI). Destaco nosso relatório sobre o conteúdo dos pedidos de informação. Ele mostrou que informações sobre servidores (salários, benefícios, faltas, cargos etc.) estão entre os três principais temas mais pedidos em 88% dos órgãos públicos dos três poderes. O interesse do público pela temática nos sugere cobrar mais transparência do poder público nessa área nos próximos anos.

Na área de controle social, aprendemos que nosso papel principal é atuar como facilitador de outras organizações da sociedade civil e do cidadão comum, com informações, ferramentas tecnológicas e capacitação. E, quando for necessário, complementar o controle com cobranças da própria Transparência Brasil. Foi o que fizemos com o Tá de Pé, ao enviar alertas a 1.552 prefeituras e 25 governos estaduais, cobrando explicações quanto a obras nas quais foram identificados problemas. Até o início de 2019, 513 alertas já haviam sido respondidos. Todas as respostas estão abertas para consulta no aplicativo Tá de Pé e também na conta do projeto no Twitter (@tadepeapp).

Na área de integridade, tivemos uma participação mais reativa aos acontecimentos do que uma agenda propositiva. Ainda assim, destaco nossa análise das propostas de combate à corrupção dos presidentiáveis, destaque da newsletter de setembro e que mostrou a fragilidade do debate nessa área.

Por fim, não poderia terminar esta carta sem mencionar Claudio Weber Abramo, falecido em agosto de 2018. Ele foi diretor-executivo da Transparência Brasil praticamente desde sua criação, em 2000, até 2015. Em muitos momentos, eu penso: o que o Claudio faria? E isso me ajuda a tomar decisões difíceis. Os valores e forma de atuar da Transparência Brasil vão carregar sua marca por muitos anos ainda. Como ele dizia, precisamos atacar as causas da corrupção, e não seus sintomas. O discurso político está repleto de demagogia nesse aspecto. Ajudar o país a reconhecer e atacar as causas da corrupção é um dos nossos maiores desafios para 2019. Oxalá possamos contribuir nesse sentido e honrar a memória do Claudio.



Manoel Galdino Pereira Neto
Diretor-executivo da Transparência Brasil

EQUIPE

Manoel Galdino	Diretor-executivo
Juliana Sakai	Diretora de operações
Bianca Vaz Mondo	Gerente de projeto
Jessica Voigt	Cientista de dados
Renata Galf	Analista de transparência e comunicação
Lorena Cardoso	Estagiária de administração e finanças
Hugo Salustiano	Analista de transparência (até dezembro/2018)
Gabriella Beira	Project owner (até julho/2018)
Carolina Oliveira	Estagiária de comunicação (até dezembro/2018)
Bianca Berti	Assistente de pesquisa (até novembro/2018)
Júlia Rocha	Assistente de pesquisa (até abril/2018)

CONSELHO DELIBERATIVO

Eduardo Capobianco
(Presidente)

Kavita Miadaira Hamza
(Vice-presidente)

Augusto Miranda

Bruna Santos

Francisco Soares Masculo

Guilherme Alpendre

Marcela Cristina Arruda Nunes

Marcelo Kalil Issa

Maria Goretti Dal Bosco

Raymundo Magliano Filho

Rubens Naves

INTRODUÇÃO

A Transparência Brasil é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua para promover a transparência e o controle social do poder público, contribuindo para a integridade e o aperfeiçoamento das instituições, das políticas públicas e do processo democrático. Este relatório apresenta as principais atividades da organização em 2018.

CONSELHO DELIBERATIVO

A eleição do Conselho Deliberativo da Transparência Brasil foi realizada em agosto e setembro de 2018, mediante convocação da Convenção (órgão formado por todos os associados da Transparência Brasil). Todos os associados estavam aptos a candidatar-se a uma cadeira no Conselho. Onze conselheiros foram eleitos para um mandato de três anos, que se encerra em 2021. A lista completa dos atuais conselheiros e suas biografias, assim como a composição da equipe executiva, podem ser acessadas no site da Transparência Brasil. O Conselho Deliberativo também aprovou as contas da entidade relativas aos anos de 2016 e 2017, conforme parecer pela aprovação das Contas pelo Conselho Fiscal.

ELEIÇÕES 2018

Ao longo do período eleitoral de 2018, a Transparência Brasil preocupou-se em garantir que os cidadãos tivessem informações qualificadas para decidir seus votos. Para tanto, publicamos uma avaliação dos programas dos principais candidatos e esclarecemos ao cidadão os mecanismos já existentes de combate à corrupção.



Avaliação dos principais candidatos à presidência. Transparência Brasil, 2018.

A avaliação das propostas de campanha foi feita com base em 16 medidas que consideramos fundamentais para o combate à corrupção. O material foi divulgado por mailing e redes sociais. Também procuramos esclarecer como a democracia fortaleceu o combate à corrupção.

Durante o período eleitoral, a Transparência Brasil concedeu diversas entrevistas à imprensa comentando e esclarecendo regras eleitorais, como o funcionamento do fundo eleitoral, a contagem de votos nulos e brancos, regras de propaganda em redes sociais, dentre outros.

Em todos os espaços, procuramos atuar guiados pelos nossos valores e experiência. Em artigo no jornal O GLOBO, criticamos a decisão (depois revogada) do Tribunal Superior Eleitoral de proibir perguntas não relacionadas a eleições nas pesquisas eleitorais. Além disso, realizamos uma live em nossas redes sociais para esclarecer regras eleitorais e combater notícias falsas sobre eleições.

INTEGRIDADE

Debate com o poder público

Ao longo de 2018, a Transparência Brasil também buscou contribuir para o debate público trazendo o acúmulo de seu trabalho em prol de um Brasil mais íntegro. Fomos convidados para audiências públicas, grupos de trabalho e rodas de conversa de especialistas.

Em abril, durante audiência pública na Câmara dos Deputados, defendemos a disponibilização de dados abertos de licitações e nos posicionamos criticamente em relação à então proposta da nova Lei de Licitações (PL 6814/2017)¹. Participamos também de diálogo público promovido pelo Tribunal de Contas da União para debater o então Projeto de Lei 7.448/2017, que tratava de mudanças na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e apresentamos ressalvas ao projeto de lei, pelo potencial de prejudicar a atuação de órgãos de controle.

Melhorias na lei de licitações e compras públicas também estiveram entre as quatro propostas apresentadas em junho à Comissão de Juristas instituída pela Câmara dos Deputados em 22 de fevereiro de 2018 para aperfeiçoamento da gestão governamental e sistema de controle da Administração Pública. Fomos convidados pela presidência da Câmara dos Deputados a contribuir com propostas para essa comissão. As demais recomendações foram: PEC para limitação de cargos de livre nomeação, PEC para alteração das regras de financiamento eleitoral e aperfeiçoamento das regras de nomeação de conselheiros dos Tribunais de Contas.

Durante a reunião do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública, apresentamos ao Tribunal de Contas da União (TCU) sugestões para aumentar a eficiência do controle sobre projetos, dentre elas, a disponibilização de bancos de dados em formato aberto e a integração com outros bancos, como o do projeto Tá de Pé da Transparência Brasil.

Por fim, em dezembro nossa organização participou da audiência pública sobre o PL 3894/2000², que regulamenta a publicidade estatal. Apresentamos questões éticas e modelos de regulamentação adotados por outros países.

¹ Apensado ao PL 1292/1995, que seguirá para plenário.

² Projeto aguarda Designação de Relator na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

TRANSPARÊNCIA

Participações em conselhos de transparência

A Transparência Brasil é pioneira no debate de transparência pública. Parte desse reconhecimento se dá pela presença em conselhos de transparência em nível federal e estadual.

Em 2018, Transparência Brasil foi selecionada para ocupar uma das sete vagas no Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC) do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). O mandato é de três anos e a primeira reunião ocorreu em dezembro.

De forma geral, a avaliação da nossa organização acerca da primeira reunião do CTPCC foi positiva. Depois de três anos de inatividade, representantes do Estado e da sociedade civil expressaram sua preocupação em tornar aquele um espaço efetivo no combate à corrupção, trazendo experiências positivas dos diferentes níveis federativos.

No Conselho de Transparência do Estado de São Paulo, a Transparência Brasil passou a integrar um GT (Grupo de Trabalho) sobre a compatibilidade da nova Lei de proteção de Dados Pessoais e a Lei de Acesso a Informação. Como resultado do trabalho deste GT, foi feita uma consulta formal à Procuradoria Geral do Estado e será realizado um seminário com especialistas para debater o tema em 2019. O relatório final sobre o GT de Segurança Pública e Transparência foi aprovado no conselho com discordâncias de nossa parte. O GT foi criado para aperfeiçoar a transparência dos órgãos de segurança estadual no que tange a informações pessoais e sigilo, que comentamos em nosso relatório de 2017. Porém, observamos avanços na questão de dados pessoais, e retrocesso na questão do sigilo, motivo pelo qual não concordamos com a versão final do relatório.

MONITORAMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Consciente da importância do acesso à informação para participação ativa na política e para o cumprimento de direitos dos cidadãos, a Transparência Brasil e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) criaram o projeto Achados e Pedidos, que desenvolveu uma base de pedidos de acesso à informação que já tem mais de 113 mil entradas.

Em 2018, a Transparência Brasil procurou entender o que a população quer saber do poder público. Entender qual tipo de informação vem sendo solicitada e respondida via LAI é fundamental para avaliar se esta lei pode ser considerada uma ferramenta de fortalecimento do controle social ou se tem servido para suprir outras demandas por transparência no país.

Para realizar o levantamento, a Transparência Brasil analisou mais de dez mil pedidos de acesso à informação recebidos pelo Executivo Federal e por outros 33 órgãos das diferentes esferas de poder e níveis federativos entre 2012 e 2017. A amostra de pedidos encontra-se no repositório do projeto Achados e Pedidos. Utilizamos para a análise técnicas de aprendizado de máquina (machine learning) e classificação manual, esta feita conjuntamente com Colaboratório em Desenvolvimento e Participação da Universidade de São Paulo .

O levantamento verificou que os principais temas de pedidos feitos via LAI são sobre salários, benefícios, faltas e atuação de servidores públicos. Este último aparece entre os três temas mais pedidos em 88% dos órgãos analisados, com destaque para o poder Judiciário.

A Transparência Brasil também concluiu que muitos dos pedidos realizados dizem respeito a dados que já são públicos, mas que os requerentes não conseguem encontrar. Sinal de uso de linguagem inadequada e técnica ruim para disponibilizar informação.

Outro destaque na promoção da transparência pública foi a participação da nossa organização na reunião organizada pelo Banco Mundial com a sociedade civil e pesquisadores, que elaborou uma nota técnica com propostas para o aumento da transparência fiscal a ser entregue para o Governo Federal pela instituição.

Por fim, a Transparência Brasil e um grupo de organizações, pesquisadores e jornalistas lançaram uma carta aberta pedindo que estados e municípios protejam a identidade de quem faz pedidos via LAI. O pedido se faz necessário diante de relatos de ameaças e pressões contra jornalistas e pesquisadores que tentam obter documentos que possam, de alguma maneira, prejudicar políticos ou governos locais.

CONTROLE SOCIAL

Governo aberto

Governo aberto consiste em uma agenda democratizante que contém quatro princípios: transparência, prestação de contas e responsabilização, participação cidadã e inovação. O Brasil é um dos países fundadores da Parceria para o Governo Aberto (OGP), iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais dentro dessa agenda. A cidade de São Paulo faz parte do Programa Piloto para governos subnacionais, passando a ser reconhecida enquanto membro da OGP desde 2016.

No plano nacional, a Transparência Brasil foi uma das entidades escolhidas para integrar o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil. O grupo tem a função de assessorar o Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto na execução do 4º Plano Nacional de Governo Aberto, a ser implementado até o fim de 2020. Além disso, participamos da oficina de elaboração do compromisso sobre “Lei de Acesso à Informação em Estados e Municípios”, organizado pela Controladoria-Geral da União.

Já no plano municipal, a nossa organização faz parte do Fórum de Gestão Compartilhada da prefeitura de São Paulo.

Os dois espaços são responsáveis pela co-elaboração dos planos de ação de governo aberto (instrumento de promoção, fortalecimento e fomento às iniciativas que promovem essa agenda) e pelo seu acompanhamento.

Em São Paulo, o Fórum de Gestão Compartilhada coordenou a elaboração do “2º. Plano de Ação em Governo Aberto”. O plano contempla cinco eixos: “Sistema de informação, comunicação participativa e transparência”, “Combate à corrupção”, “Educação”, “Orçamento”, “Descentralização e desenvolvimento local”. Dentre as ações adotadas para o combate à corrupção, destacam-se o uso obrigatório do modelo de contratos abertos para as obras da prefeitura e a fiscalização cidadã de licitações por meio de agentes da sociedade civil, escolhidos por sorteio e com comprovado vínculo no tema e território. Todos os compromissos assumidos podem ser vistos aqui.

Por fim, em setembro a Transparência Brasil participou do encontro da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Washington, no qual foi debatido o tema dos povos originários e comunidades tradicionais no contexto do acesso à informação. Essa experiência fundamentou a mesa “Governo aberto, povos originários e comunidades tradicionais”, mediada pela Transparência Brasil durante o III Encontro de Governo Aberto em dezembro. A conversa abordou os esforços de representação e participação de indígenas e quilombolas na formulação de políticas públicas: marcos legais, sucessos, dificuldades e desafios de governo aberto.

Capacity building e diversidade

A Transparência Brasil entende que para construir uma democracia mais aberta e transparente é necessária a inclusão de mais atores e pontos de vista. Por meio do debate democrático – com a participação dos setores historicamente excluídos – se conhecem os reais problemas da sociedade e torna-se possível pensar políticas públicas eficientes e eficazes para a maior parte da população.

Tendo isso em vista, nossa organização realizou o projeto Minas de Dados: Mulheres negras, narrativas e tecnologias para governos abertos, em parceria com o data_labe e a Preta Lab e financiado pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Durante quatro semanas, cinco mulheres negras foram formadas para ocupar espaços de debate público e aprenderam a usar dados abertos na promoção de temas raciais e de gênero. Como consequência, as participantes criaram a Rede Umunna: Mulheres Negras Decidem, uma rede para conectar mulheres negras e fortalecer sua presença no espaço político institucional.



Juliana Alves, Gabriele Roza, Lorena Pereira, Ana Silva e Diana dos Santos.

Fiscalização de obras públicas

Um dos principais trabalhos desenvolvidos pela Transparência Brasil na área de controle social é a fiscalização de obras de escolas e creches financiadas pelo programa PROINF N CIA, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Atualmente, a nossa organização mantém dois projetos que fiscalizam o andamento e a entrega dessas obras.

O primeiro é o Tá de Pé, projeto com incidência nacional cujo aplicativo permite que qualquer cidadão fiscalize obras de escolas e creches em seu município. Até o início de 2019 o aplicativo havia sido baixado 9.227 vezes e recebera 331 alertas da sociedade civil.

Ao longo do ano, o projeto Tá de Pé organizou a segunda edição da Hackathon TDP no Google Campus. Engajados em produzir novas soluções para o aplicativo, 25 participantes, metade composta por mulheres, competiram em equipes multidisciplinares, desenvolvendo protótipos que visavam diminuir custos de fiscalização para usuários, integrar sistemas e informações, gerar visualizações de dados e engajar comunidades locais. A equipe vencedora desenvolveu o projeto fiscaLISA, solução que inspirou o chatbot do nosso projeto. O @tadepeapp publica o sta-

tus dos alertas e respostas das prefeituras recebidos pelo projeto. Também passamos a receber alertas via redes sociais, e-mail e pela hashtag #fiquenope .

O segundo projeto de fiscalização de obras é o Obra Transparente. Realizado em parceria com o Observatório Social do Brasil e observatórios sociais locais (OS), a iniciativa capacita voluntários para a monitorar a contratação e execução de obras públicas. Com essa formação, em 2018 os voluntários realizaram o acompanhamento de 135 obras de creches e escolas em 21 municípios do sul e sudeste .

As conclusões dos relatórios elaborados pelos projetos Tá de Pé e Obra Transparente evidenciam um grave cenário da infraestrutura escolar no Brasil: 59% das obras a serem entregues no país apresentam problemas. Identificamos obras com atraso, paralisadas e outras que nem sequer foram iniciadas.

Nos municípios fiscalizados pelo projeto Obra Transparente, o índice médio de obras não iniciadas é de 44%. Em Uberlândia (MG) essa era a situação de 20 das 21 obras selecionadas para monitoramento. Em Paranaguá (PR), 7 de 8 obras monitoradas não haviam saído do papel. A gerente do projeto esteve nesses dois municípios para acompanhar representantes dos observatórios sociais em reuniões com gestores municipais.

A Transparência Brasil averiguou que as razões para atraso são inúmeras, passando não só por corrupção e fraudes em parte dos casos, como por ineficiência, falta de estrutura municipal e políticas públicas mal desenhadas. Obras que ficam paralisadas em algum momento, por exemplo, tendem a levar o dobro do tempo para serem concluídas. Além disso, as informações oficiais acerca das obras apresentaram inconsistências graves e erros, o que evidencia a dificuldade do Governo Federal em monitorar a utilização de seus recursos.



Projeto Obra Transparente, 2018.

Diante desse cenário, a Transparência Brasil conclui que, para garantir a entrega dessas e de outras obras, são necessárias reformas institucionais que ampliem a transparência e melhorem a eficácia dos órgãos do controle. É fundamental o trabalho de capacitação de agentes da sociedade civil para fortalecer a fiscalização do poder público.

Para cobrar governos locais e constrangê-los a expor a situação das obras, enviamos alertas a 1.552 prefeituras e 25 governos estaduais. Até o início de 2019, 513 alertas haviam sido respondidos. Todas as respostas estão abertas para consulta no aplicativo Tá de Pé e também na conta do projeto no Twitter (@tadepeapp).

O projeto Obra Transparente realizou treinamentos sobre “Detecção de fraudes e corrupção em licitações”, em formatos on-line e presencial. Os cursos on-line já oferecidos em 2017 foram replicados em 2018, estendidos agora a outros observatórios sociais além dos 21 que integram o projeto. Para expandir a experiência de controle cidadão do projeto, fomos até Montenegro no evento realizado pela Tactical Tech, organização sediada em Berlim, para a elaboração de um guia de investigação cidadã, que será disponibilizado publicamente em 2019. O evento contou com a participação de ativistas, pesquisadores e jornalistas com experiência em investigações sobre corrupção, crime organizado, e violações de direitos humanos.

Também discutimos a experiência do aplicativo Tá de Pé e a utilização das informações públicas obtidas via transparência para transformação da realidade na Conferência Internacional de Dados Abertos em Buenos Aires. Aprofundamos nossos conhecimentos sobre uso de imagens de satélite para controle social no GEO Summit for Social Good, promovido pelo Google na Califórnia.

A Transparência Brasil, em parceria com o Observatório Social do Brasil e a Controladoria-Geral da União, participou de uma audiência pública em que apresentou ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação -, os principais achados das fiscalizações locais e recomendações para melhorar o monitoramento oficial. A participação na audiência contribuiu para viabilizar, uma semana depois, a primeira reunião da Transparência Brasil e do Observatório Social do Brasil com representantes do FNDE para discutir maneiras de fortalecer o controle social de obras financiadas pelo órgão.

RECONHECIMENTO

O trabalho da Transparência Brasil foi reconhecido em 2018 por governos, imprensa e por cidadãos comuns.

A Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo reconheceu a Transparência Brasil como Entidade Promotora de Direitos Humanos. Isso permite obter isenção do ITCMD, imposto sobre doações.

Nosso trabalho foi indicado a premiações nacionais e internacionais. Fomos um dos finalistas do projeto Cidadania Inteligente, parceria entre Catraca Livre e Microsoft, e ficamos em segundo lugar na categoria Organizações Sem Fins Lucrativos no Shield in the Cloud Innovation Challenge, premiação mundial de inovações com tecnologia na nuvem para aumento da segurança e/ou combate à corrupção, apoiado pela C5, Amazon Web Services, PeaceTech Lab e SAP NS2A.

Menções na imprensa

Em 2018, a Transparência Brasil foi mencionada ao menos 86 vezes pela mídia, sendo 50 vezes em publicações de âmbito nacional. Foi procurada em 2018 principalmente para comentar salários e auxílios de servidores, gastos de campanha e a instituição do fundo eleitoral e para realizar esclarecimentos quanto ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Nossos projetos também tiveram notoriedade na mídia. O levantamento in loco realizado pelo projeto Obra Transparente foi destaque na GloboNews, e o relatório evidenciando problemas na construção de escolas e creches públicas foi pautado Jornal Nacional. Já a análise dos pedidos de acesso à informação feito pelo projeto Achados e Pedidos foi tema de editorial da Folha de S.Paulo e destaque no Poder 360, Estadão e no Nexo Jornal.

Nossa organização pautou o debate público por meio de artigos de opinião assinados pelo diretor-executivo, Manoel Galdino. O artigo publicado em O Globo, “Democracias saudáveis fornecem mais informações”, critica a tentativa do do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de restringir perguntas não relacionadas ao pleito nas pesquisas eleitorais. Sua publicação, assim como críticas trazidas por outras organizações, contribuiu para o recuo do órgão.

Já o artigo publicado no Nexo Jornal, “A paralisia do setor público é culpa do Estado, não dos órgãos de controle”, trata da lei 13.665/2018, sancionada em abril pelo então presidente Michel Temer, que resguarda os administradores públicos de possíveis punições e limita o poder dos órgãos de controle. No artigo, Galdino argumenta que as mudanças na legislação afrouxam as possibilidades de controle sem atacar os problemas estruturais do Estado brasileiro.

Por fim, em artigo publicado no El País, defendemos que, além de punir desonestos, o combate à corrupção precisa mudar o regime de incentivos a políticos, sobretudo no Legislativo. Com as regras atuais, partidos focados apenas em cargos legislativos, e que fazem parte do Executivo indiretamente via coalizões, acabam sendo menos punidos eleitoralmente em casos de escândalos de corrupção.

Sites e redes sociais

Em 2018, o site da Transparência Brasil registrou um aumento de 1.043% de visitantes únicos em relação ao ano anterior. Ao todo, foram cerca de 12 mil visitantes que em sua maioria chegaram por acesso direto (digitando o endereço da organização) ou por busca direta - procurando por “Transparência Brasil” nos mecanismos de busca. A principal razão desse aumento decorre das eleições de 2018 e da menção do nosso aplicativo Tá de Pé na imprensa nacional.

Dentre os acessos que chegaram redirecionados ao nosso site, destacam-se reportagens que indicavam o projeto Excelências como uma importante ferramenta para o conhecimento da biografia dos políticos brasileiros. Infelizmente, a ferramenta foi descontinuada no início de 2017 por falta de financiamento. O reconhecimento do projeto quase dois anos depois de sua descontinuação indicam a sua relevância. Procuramos obter financiamento para

o projeto ao longo do ano, mas sem sucesso.

No Facebook, o número de seguidores da nossa página cresceu cerca de 10% em relação ao fim de 2017, atingindo 29.987 seguidores em 31 de dezembro. Ao contrário do que aconteceu no nosso site, não houve picos significativos de curtidas na nossa página durante as eleições. Os posts mais curtidos da Transparência Brasil em 2018 foram o post de pesar por Cláudio Weber Abramo, a chamada para participar do projeto Minas de Dados e o post que cita a declaração da nossa organização ao Jornal Hoje com relação à PEC que elevou o teto do salário dos servidores do Estado de São Paulo.

No Twitter, em nosso perfil oficial @tr-brasil, tivemos muito menos postagens do que o Facebook, que foi nossa principal rede social em termos de comunicação. De 197 tuítes em 2017, fomos para 82 em 2018. Isso explica porque, em termos de seguidores, o crescimento foi pequeno. Atingimos quase 20 mil seguidores neste ano, ante cerca de 19 mil em 2017.

GOVERNANÇA

Nosso trabalho é possível devido aos recursos doados por fundações privadas, organismos internacionais e doadores individuais, além do tempo de indivíduos que contribuem com nossos projetos fiscalizando o poder público.

Por razões óbvias, acreditamos em dar o exemplo na transparência da utilização de recursos. Somos auditados todos os anos por uma auditoria independente e com experiência no terceiro setor, cujos resultados são publicados em nosso site na internet, bem como informações de doações, balanço e DRE. Aqui, apresentamos um resumo de nossas finanças em linguagem menos técnica.

Receitas 2018

ORIGEM DOS RECURSOS	VALOR (BRL)
Google.org (Tá de Pé)	276.371,09
UNDEF (Obra Transparente)	224.819,39
Ford Foundation (Achados e Pedidos)	176.438,14
OEA (Minas de Dados)	49.590,57
Doação individual	11.355,47
Receitas financeiras	5.971,98
Total	755.609,10

Despesas 2018

DESTINO DOS RECURSOS	VALOR (BRL)
Equipe executiva	577.090,02
Prestadores de serviço	84.054,04
Repasses parceiros	144.459,22
Administrativo-financeiro	154.044,25
Marketing e comunicação	7.037,28
Aluguel	62.732,08
Outros	8.839,64
Total	1.028.256,53

AGRADECIMENTOS

Parceiros

Agradecemos aos parceiros da Transparência Brasil, que contribuíram com nossas atividades em 2018:

ARTIGO 19

Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)

Caindo no Brasil

Colaboratório em Desenvolvimento e Participação (Colab-USP)

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados

Conectas

Conselho Regional de Engenharia (CREA) de Pernambuco e São Paulo

Controladoria Geral da União

data_labe

Engenheiros sem Fronteira - Núcleos de Vitória (ES), Goiânia (GO), Uberaba (MG), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Feevale (RS).

Google

Observatório Social do Brasil e rede de 21 Observatórios Sociais

Olabi / Pretalab

Ouvidoria Geral da União

Ministério Público Federal

PonteaPonte

Tribunal de Contas da União

Daniela Silva

Graciela Selaimen

Mariana Macário

Natália Paiva

Rafael Marques

Raika Joulie

Roberto Franco Godoi Junior

Contribuições de pessoas físicas

Agradecemos aos parceiros da Transparência Brasil, que contribuíram com nossas atividades em 2018:

Bruna Santos	Murilo Tuvani
Christianne de Carvalho Stroppa	Neli Lima Pereira
Daniel Aguiar Espínola	Paula Miadaira
Darcy Andrade de Almeida	Paulo Praxedes
Leandro Dalmarco	Petrônio della Croce Linhares
Eduardo Capobianco	Rômulo Albuquerque
Emilio Jose Abreu Farah	Raquel Altemani
Fernanda Evelin Soares Camarço de Souza	Robson Mancini
Fernando Diederichsen Sticklel	Rosa Alice R. Amaro
Francisco Másculo	Rosely Semabukuro
Gabriel Bento Madeira	Stephen Graham
Giovani Meneghel	Vera Branco
Guilherme Alpendre	Vítor Kneipp
Humberto A. L. Serna	
Jaime Lasevitz	
Jandyr Travassos	
José R. C. Assuncao	
Kavita M Hamza	
Luiz Fernando Vieira Vasconcellos de Miranda	
Luiz Gusmão	
Marcela Cristina Arruda Nunes	
Marcelo Granja Nunes	
Marcelo Kalil Issa	
Marcos Silva	
Maria do Carmo de Mattos Tambellini Feijó	
Maria Goretti Dal Bosco	
Mariana de Almeida Chaves	
Marina El Tayar	
Mario Baldini Neto	
Mateus Antunes Braga	

TransparênciaBrasil

2019

